

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE SOB A LUZ DA LEI 12.513 DE 2011 QUE INSTITUI O PRONATEC

23ª Defesa:

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosânia Campos (Orientadora)

Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)

Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera (Membro Interno)

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a Política Nacional de Educação Profissional do Brasil na presente década, de modo específico a Lei nº 12.513/2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A pesquisa é do tipo documental e procurou contextualizar e localizar o programa entre as políticas públicas para Educação Profissional elaboradas nos primeiros anos do século XXI. Para tanto, foi utilizado o Referencial de Política de S. Ball (2011) para compreender o citado programa no contexto político. As análises dos documentos foram orientadas pela metodologia “documento contra documento” desenvolvida por Shiroma, Campos e Garcia (2004), e para analisar os discursos foi utilizada a metodologia desenvolvida por Norman Fairclough (2001) denominada de Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Por meio das análises, foi possível constatar que a elaboração do PRONATEC guarda potencialidade na qualificação profissional, mas também contribui de forma significativa para ampliar a parceria público e privado nas políticas públicas para educação profissional. Além desses aspectos, as análises indicam a ênfase que pode resultar do programa na dualidade estrutural entre ensino médio e ensino profissionalizante, ao priorizar a oferta de cursos técnicos concomitantes e cursos de formação inicial e continuada, distanciando-se de uma das ações previstas no texto da lei, a qual prevê que o programa contribua com a melhoria do ensino médio público através da articulação com a educação profissional.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Ensino Médio; ADTO, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).